



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

00825-2010-079-03-00-6 RO

RECORRENTE(S): **LUCIMAR MONTEIRO REIS - ME E OUTRA**
(1)

RECORRIDO(S): **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (2)**
OS MESMOS

EMENTA: NULIDADE DA SENTENÇA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Nos termos do artigo 515 do CPC, aplicável de forma subsidiária ao Processo do Trabalho por força do artigo 769 da CLT, o recurso interposto pela parte, se encontra abrangido pelo amplo efeito devolutivo, legalmente conferido ao recurso ordinário, devolvendo toda a matéria ao conhecimento do Regional, sem qualquer prejuízo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso ordinário, em que figuram, como recorrente, MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO e, como recorrido, LUCIMAR MONTEIRO REIS ME e SISPONTO SISTEMAS INTELIGENTES LTDA ME..

RELATÓRIO

A MM.^a Juíza Simone Soares Bernardes, 1.^a Vara do Trabalho de Varginha/MG, às f. 702/706, rejeitou a preliminar de ilegitimidade ativa e julgou improcedentes os pedidos formulados pelo Ministério Público do Trabalho.

As reclamadas interpuseram recurso ordinário às f. 707/723, pleiteando o afastamento da improcedência fundamentada em insuficiência de provas.

Recurso ordinário pelo Ministério Público do Trabalho, às f. 726/747 pugnando pela anulação da v. sentença por ausência de fundamentação.

O Ministério Público do Trabalho apresenta



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

00825-2010-079-03-00-6 RO
suas contrarrazões às f. 748/755.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contrarrazões pelas reclamadas às f. 775/790.

É o relatório.

VOTO

JUÍZO DE CONHECIMENTO

O interesse recursal das reclamadas é legítimo eis que a presente ação civil pública foi julgada improcedente por insuficiência de provas.

Na espécie, impende ressaltar que, nos termos do art. 16 da Lei 7.347/85:

“A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova”.

Conheço os recursos, porquanto cumpridas as formalidades legais.

JUÍZO DE MÉRITO

**PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA
POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO
JURISDICIONAL**

O MPT suscitou a preliminar em epígrafe ao argumento de que o Juízo *a quo* não analisou as contundentes manifestações feitas pelo parquet acerca do laudo pericial (f. 654/663 e 693/695).

De uma análise geral da r. decisão recorrida, nota-se que a prestação jurisdicional contém o entendimento do d. Juiz sentenciante sobre as matérias em discussão, alinhando os fatos que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

00825-2010-079-03-00-6 RO □□□□□□□□□□□□□□□□□□□□
formaram seu convencimento, apresentando os fundamentos jurídicos para dirimir a controvérsia, a teor do art. 93, IX, da CF.

E, se o autor entendeu que tais fundamentos não foram suficientes à elucidação dos fatos, por força do disposto no art. 515 do CPC, o recurso devolve ao Tribunal todas as questões suscitadas, ainda que não decididas por inteiro.

Por conseguinte, a preliminar de nulidade não se justifica.

Rejeito.

Diante da identidade da matéria passo a análise do mérito de ambos os recursos.

Aduz o Ministério Público do Trabalho que o vasto conjunto probatório trazido aos autos evidencia irregularidades nos sistemas de controle de jornada comercializados pelas rés.

As rés em razões recursais argumentam que os *softwares* comercializados atendem de forma integral os parâmetros legais em vigência (Portaria 1510/2009 MTE), conforme apurado pelo perito do Juízo.

Examina-se.

A Portaria n.º 1.510, de 21 de Agosto de 2009 do MTE, disciplina acerca do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto (SREP), *in verbis*:

“(…)

Art 2.º - O SREP deve registrar fielmente as marcações efetuadas, não sendo permitida qualquer ação que desvirtue os fins legais a que se destina, tais como:

- I - restrições de horário à marcação do ponto;*
- II - marcação automática do ponto, utilizando-se horários predeterminados ou o horário contratual;*
- III - exigência, por parte do sistema, de autorização prévia para marcação de sobrejornada; e*
- IV - existência de qualquer dispositivo que permita a alteração dos dados registrados pelo empregado.*

Art. 3º - Registrador Eletrônico de Ponto - REP é o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

00825-2010-079-03-00-6 RO □□□□□□□□□□□□□□□□□□□□

equipamento de automação utilizado exclusivamente para o registro de jornada de trabalho e com capacidade para emitir documentos fiscais e realizar controles de natureza fiscal, referentes à entrada e à saída de empregados nos locais de trabalho.

Parágrafo único. Para a utilização de Sistema de Registro Eletrônico de Ponto é obrigatório o uso do REP no local da prestação do serviço, vedados outros meios de registro. (...)"

O autor (MPT) em sua peça de ingresso à f. 03 aduz que o *software* comercializado pelas rés, denominado SISPONTO, apresenta irregularidades que poderiam ser facilmente constatadas em sua página na Internet em 2008, entretanto, com a entrada em vigor da referida Portaria, em 2009, foram feitas correções no que tange às restrições como: *"Associação de Faixa de Horário para Controle de Acesso; Cadastro de Período de Bloqueio do Relógio"* (f. 23).

Mesmo após as correções e adaptações feitas no *software* SISPONTO, constata o autor que ainda permanecem irregularidades, tais como a pré-assinalação de pontos e exclusão total de movimentos, ambos constantes do Manual de f. 61/181, persistindo em graves vícios. Em defesa as rés alegaram que o Manual foi submetido à revisão e apresenta o revisado às f. 361/440 – Sisponto RH versão 6.x, revisão manual 1.2.

Em replica o autor sustenta que na nova versão do Manual foram suprimidos os problemas apontados pelo Parquet sem, contudo, ter a certeza de que a versão analisada corresponde àquela que os clientes da empresa estão utilizando.

Foi designada perícia tendo em vista o cunho eminentemente técnico da matéria.

Laudo pericial carreado aos autos às f. 609/641, concluindo à f. 631: *"Mediante os trabalhos periciais realizados, pode-se concluir que, em se tratando do sistema periciado na UNIMED VARGINHA não foi possível constatar em condições normais de uso com usuário de privilégio máximo do sistema uma forma direta de se burlar ou alterar lançamentos de ponto contrariando a portaria 1510/09 do Ministério do Trabalho (sic)".*

Manifestação acerca do laudo pericial, pelo autor, f. 654/663, apontando que algumas "funcionalidades" do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

00825-2010-079-03-00-6 RO □□□□□□□□□□□□□□□□□□□□
sistema permitem a **pré-assinalação**, inserindo arbitrariamente, marcações de pontos de funcionários e **tolerância de horas extras**, temas refutados pelo i. vistor à f. 680: *“Conforme consta do laudo pericial, o sistema em uso disponível na empresa periciada foi amplamente analisado, bem como testadas todas as possibilidades de acesso e inclusão/exclusão de dados, sendo que todos os quesitos elaborados pelas partes foram devidamente respondidos de acordo com os resultados obtidos com a análise do sistema”*.

As “funcionalidades” que podem, conforme aponta o MPT, gerar irregularidades, são: Pré-assinalação e tolerância de horas extras. Extraí-se do laudo pericial, primeiramente com relação à pré-assinalação, tema que consta do rol de quesitos das reclamadas:

“Item n.º 4 - ‘O SISPONTO’ permite a pré-assinalação de horários de início e término da jornada de trabalho dos empregados? Não, apenas pré-assinalação de início e término de almoço dos empregados. Item n.º 5 - O ‘SISPONTO’ permite a pré-assinalação do intervalo intrajornada? Caso a resposta seja afirmativa, queira o Sr. Perito informar se o registro gera, de forma obrigatória, a justificativa de pré-assinalação? Sim, permite a pré-assinalação do intervalo intra-jornada. Sim, gera de forma obrigatória a justificativa de pré-assinalação” (f. 623).

Já com relação às horas extras, à f. 627, dispõe o i. vistor, questão de n.º 17; *“O ‘SISPONTO’ permite que programe ou que se faça independentemente de algum comando, algum tipo de restrição – por exemplo, limitação da quantidade de horas extras – quanto aos dados oriundos das marcações de ponto efetuadas diretamente pelo empregado no Registrador Eletrônico de Ponto – REP? Não, não foi encontrado nenhuma forma de se restringir horas extras”*.

Note que a perícia indica que não há maneira de restringir o real horário da batida de ponto, tanto para a jornada normal, quanto para marcação de horas extras. Só sendo possível desconsiderar uma determinada marcação, mediante uma justificativa e tal “desconsideração” fica ressaltada pela cor vermelha que indica, conforme legenda “desconsiderada”, permanecendo no relatório de espelho de ponto fiscal, sendo que seu principal objetivo é corrigir falhas de batida de ponto, tais como, esquecimento por parte do empregado de registrar o ponto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

00825-2010-079-03-00-6 RO

Registra-se que a resposta dada ao quesito n.º 21 do autor, f. 621, *“Foi possível notar que a tela de “Manutenção de ponto” todas as batidas feitas pelo próprio funcionário não podem ser alteradas nem excluídas e essas por sua vez não ganham nenhuma caracterização especial na tela e ficam com fundo branco (cor padrão do sistema), porém todas as batidas desconsideradas, inseridas manualmente e pré-assinaladas são destacadas na tela com as seguintes cores: amarelo: Pré-assinalado Verde: Inserido Vermelho: Desconsiderado.”*

Diante do exposto, data máxima vênia, entendo que restou provado, nos termos do laudo pericial, que o software “SISPONTO” não apresenta irregularidades que inviabilize seu comércio, haja vista que não foi vislumbrada nenhuma contrariedade às normas disposta na portaria 1510/09 do MTE.

No que concerne ao “RELÓGIO VIRTUAL”, o mesmo não foi objeto de perícia, tendo em vista que a empresa periciada não faz uso do mesmo. As rés admitiram que após a entrada em vigor da Portaria 1510/09 do MTE, o referido *software* não foi mais comercializado.

À luz do art. 17 da portaria 1.510/09 do MTE, tem-se:

“Art. 17. O fabricante do equipamento REP deverá fornecer ao empregador usuário um documento denominado "Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade" assinado pelo responsável técnico e pelo responsável legal pela empresa, afirmando expressamente que o equipamento e os programas nele embutidos atendem às determinações desta portaria, especialmente que:

- I - não possuem mecanismos que permitam alterações dos dados de marcações de ponto armazenados no equipamento;*
- II - não possuem mecanismos que restrinjam a marcação do ponto em qualquer horário;*
- III - não possuem mecanismos que permitam o bloqueio à marcação de ponto; e*
- IV - possuem dispositivos de segurança para impedir o acesso ao equipamento por terceiros.*

§ 1.º No "Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade"





O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª.

Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2012.

Fernando Antônio Viégas Peixoto
Desembargador Relator